

## **Ginásios públicos: a proposta de Darcy Ribeiro para a segunda etapa da educação básica nos CIEPs**

Zuleika Pinho de Abreu – Colégio Pedro II

### **Resumo**

Um dos aspectos menos conhecidos das políticas públicas promovidas por Darcy Ribeiro no Rio de Janeiro foi a implantação dos Ginásios Públicos (1993-1994). A concepção, inovadora e ousada, estabelece horário pleno para a escolaridade dos adolescentes sem se limitar a estender o curriculares ou horas extras para lazer. Trata-se, isto sim, de estabelecer uma rede de atividades curriculares, além dos padrões tradicionais, que proporcionem uma formação integral e integrada, condizente com as necessidades dos novos tempos. Integra-se na proposta de reformulação de todo o Ensino Básico e condensa os antigos 1º e 2º graus de ensino em 10 anos de escolaridade. Este artigo pretende apresentar as características organizacionais dos Ginásios Públicos, acompanhadas de comentários sobre o que foi realizado no período de sua implantação, o significado e as contribuições dessa proposta, em muitos pontos ainda válida no presente.

### **Palavras-chave:**

Ensino Médio – Ginásios Públicos – Educação em tempo integral – Atividades curriculares complementares.

### **Abstract**

#### **Ginásios públicos: Darcy Ribeiro's proposal for the Basic Education second level in CIEPs**

The present article describes an innovative and audacious public policy conceived by Darcy Ribeiro and implemented in Rio de Janeiro in the years 1993-1994. Based on the same principles that used to support the Integrated Centers for Public Education - CIEPs, it consisted on the second stage of basic education, comprising Secondary and High School, in order to overcome permanent problems concerning underprivileged students. The description about the features of this kind of school, which includes an alternative and dynamic arrangement for students' activities, intends to demonstrate that many contributions introduced then are still significant at the present.

### **Key words**

Ginásios Públicos – Secondary Level — full time school – student's alternative activities

## **Ginásios públicos: a proposta de Darcy Ribeiro para a segunda etapa da educação básica nos CIEPs**

### **Introdução**

Atualmente no Brasil existe um ideário político-pedagógico favorável à ampliação da jornada escolar. Nem sempre foi assim. Nos anos 1980 e 1990, quando da implementação no Estado do Rio de Janeiro dos Programas Especiais de Educação, concebidos e impulsionados sob a ousadia criativa de Darcy Ribeiro, esse tipo de política pública foi duramente questionada. Com certeza, o cerne dessas críticas deve-se ao viés político-partidário das classes média e alta de então, fortemente contrário às posições pró classes populares do Governador Leonel Brizola.

Primeiro governador eleito para o Estado do Rio de Janeiro após a queda da ditadura militar, em uma campanha eleitoral conturbada, com vigorosa oposição da mídia, Brizola conta com seu vice-governador Darcy Ribeiro para viabilizar a concretização de sua prioridade de governo – a oferta e educação de boa qualidade a todas as crianças.

Darcy inicia as atividades como presidente da Comissão Coordenadora de Educação do Rio de Janeiro (CCERJ) propondo-se a ouvir todos os professores do 1º Grau das escolas públicas estaduais e municipais, organizados em reuniões progressivas que culminaram no “Encontro de Mendes”, em novembro de 1983. Uma das políticas impulsionadas a partir desse Encontro foi a criação dos Centros Integrados de Educação e Cultura (CIEPs). Instaura-se o Programa Especial de Educação (I PEE), que assume a responsabilidade de construir 500 CIEPs dentro de projeto arquitetônico de Oscar Niemeyer para atender a demanda existente por educação básica e oferecer, nessas escolas, educação em horário integral.

Os Ginásios Públicos (GPs) só foram introduzidos pelo II PEE, instituído no segundo Governo Brizola (1991-1994) com a finalidade de retomar e impulsionar as propostas educacionais deterioradas no interstício das duas gestões de Brizola. A Diretoria dos Ginásios Públicos só foi criada tardiamente, em 1993, tendo como diretora a professora Laurinda de Miranda Barbosa. A proposta, inovadora e ousada, vem no bojo de uma concepção de reformulação de todo o ensino básico, que condensaria os antigos 1º e 2º graus de ensino em 10 anos de escolaridade, dos quais os Ginásios Públicos se incumbiriam do 6º ao 10º ano.

Este artigo pretende apresentar as características organizacionais dos Ginásios Públicos, acompanhadas de comentários sobre o que foi realizado no período de sua implantação, bem como sobre seu significado e as contribuições dessa proposta.

## **Os Ginásios Públicos**

### **BREVE PANORAMA**

A meta do II PEE era completar a construção de 500 CIEPs. Destes, 68 foram destinados à criação dos Ginásios Públicos, dos quais 66 foram implantados nos anos de 1993 e 1994. Dessa forma, a grande maioria dos GPs foi alocada em prédios novos, já com as adequações necessárias a esta proposta específica, como a instalação de um laboratório de Ciências no local originalmente destinado aos alunos residentes e uma sala destinada ao laboratório de informática.

Os GPs não representam simplesmente uma proposta alternativa.

A criação dos Ginásios Públicos responde à necessidade de uma nova concepção de educação, redefine o perfil da escola média para as exigências da sociedade contemporânea e busca romper a cadeia de insucessos que vem caracterizando o atual sistema escolar brasileiro. (BARBOSA, 1994, p.33).

A Lei 5692/71, então vigente, determinava um Ensino de 1º Grau de oito anos seguido de mais três anos de Ensino de 2º Grau.

A pretensão desta lei de tornar o 1º Grau obrigatório a todas as crianças e adolescentes nunca se concretizou. Como crítica intrínseca a essa organização das etapas de ensino, o que se observa é a artificialidade do que seria o Ensino de 1º Grau. De um lado, poucos conseguiam alcançar a primeira terminalidade da Educação Básica, que exigia a permanência por oito anos na escola, o que se mostrava incompatível com a realidade socioeconômica. Por outro lado, o segmento de 5ª a 8ª séries não atingira o propósito de superar a ruptura entre a antiga escola primária e os cursos ginasiais. As duas etapas continuavam diversas em sua natureza e o segundo segmento apresentava uma clara ausência de identidade. Ao ensino de 1º Grau, supostamente obrigatório, adicionava-se o ensino de 2º Grau. Este, acessível a poucos, também não conferia a devida especificidade às disciplinas da assim chamada Formação Geral, pois era permeado por duvidosas *Formações Profissionalizantes* ministradas sem estrutura e equipamentos para se realizarem a contento.

Uma formação consistente exigia uma nova estratégia para superar dois obstáculos incontestáveis: evasão e repetência – as estatísticas da época mostram que, de cada 100 alunos que ingressava na 1ª série do 1º Grau, apenas cerca de 20 conseguiam concluir a 8ª série; exigia uma estratégia que, diante dos fatos e das limitações impostas pelas condições de realidade, garantisse, ao mesmo tempo, a qualidade e a viabilidade da implementação. “Os Ginásios vêm ao encontro das exigências de renovação da escola média, definindo com clareza as finalidades e objetivos

desta escola, para romper a cadeia de insucesso e fragilidade do sistema de ensino brasileiro” (II PEE, 1994, p.10).

A nova organização do Ensino Básico que Darcy propõe inclui o Ensino Médio e consiste em 10 anos de escolaridade em duas etapas:

- Ciclo Básico: cinco anos iniciais (1º ao 5º ano) destinados às crianças e pré-adolescentes de 6 a 11 ou 12 anos.
- Ginásios Públicos: mais cinco anos de escolaridade (6º ao 10º ano) destinados aos adolescentes de 12 aos 17 ou 18 anos de idade.

Formados no princípio de aprender a aprender, ao concluir o curso, os jovens deveriam ter desenvolvido todos os instrumentos para sua inserção num universo cultural mais amplo e para o exercício da cidadania, condições que favorecem a inserção no mundo do trabalho por serem propícias à aquisição das habilidades necessárias a um leque diversificado de ocupações. Em continuidade, poderiam se encaminhar para cursos técnico profissionais ou para cursos universitários.

A proposta pedagógica dos Ginásios Públicos foi aprovada pelo Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro. O Parecer nº 494, de 21 de dezembro de 1993<sup>1</sup> autoriza a implantação experimental pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos e regulamenta a equivalência de estudos entre as séries das escolas convencionais e os anos de escolaridade dos GPs.

#### A GESTÃO DO TEMPO E DO ESPAÇO NOS GPs

Os estudantes dos GPs podiam fazer a opção entre permanecer na escola em tempo integral ou parcial. No entanto, o desejável era que a oferta de horário obtivesse a adesão de todos e, de fato, a maioria permanecia no GP por oito horas diariamente. Imperioso se fazia, dessa forma, que os estudantes se apropriassem de todos os espaços escolares, realizando atividades em espaços variados e sendo incentivados a circular nos espaços coletivos, tais como o pátio, o jardim, a biblioteca, dentre outros, durante os intervalos das aulas para alimentação, recreio etc.

Para isso, as atividades organizavam-se da seguinte forma: os tempos de aulas e as atividades complementares tinham a duração de 90 minutos, distribuídos em 2 turnos – dois períodos de atividades pedagógicas em cada turno. Os estudantes de tempo integral que cumpriam o núcleo obrigatório do currículo no primeiro turno tinham as atividades complementares no 2º turno e vice-versa.

A alimentação dos alunos consistia em almoço – oferecido a todos no intervalo entre os dois turnos – e café da manhã ou jantar, de acordo com o horário escolhido.

Cada turma tinha 32 alunos, com os alunos de tempo parcial mesclados nas mesmas turmas dos alunos de tempo integral.

Os professores planejavam as atividades complementares, alocadas no horário da escola pela equipe de gestão. Os estudantes escolhiam as de seu interesse e pleiteavam sua inscrição, manifestando sua ordem de preferência, e eram distribuídos de acordo com a disponibilidade de vagas em cada oficina.

### DIRETRIZES GERAIS PARA A ORGANIZAÇÃO DOS GPs

Verifica Nóvoa que “os estudos centrados nas características organizacionais das escolas tendem a construir-se com base em três grandes áreas” (NOVOA, 1999, p. 25), que consideram a estrutura física (o prédio e seus equipamentos), a estrutura administrativa (controle e gestão, papéis atribuídos aos diferentes membros da comunidade escolar) e a estrutura social (o clima social da escola, as relações que se estabelecem entre os participantes da comunidade escolar). A exposição da estrutura organizacional que se segue expõe esses e outros aspectos dos Ginásios Públicos.

A proposta político-pedagógica para os GPs foi elaborada em tempo recorde pela equipe da Diretoria dos Ginásios Públicos, entre abril e junho de 1993, a partir da definição das diretrizes gerais definidas por Darcy Ribeiro. O guia *Ginásio Públicos: diretrizes gerais* foi reproduzido e distribuído a cada um dos 14 GPs que iniciaram suas atividades em agosto daquele ano. O empenho e todo o apoio da Secretaria de Estado Extraordinária de Programas Especiais (SEEPE) foram fundamentais para o sucesso dessa implantação. O acompanhamento contínuo e a presença constante da equipe central nesses GPs permitiram que as orientações práticas fossem buriladas face à atuação nesses primeiros meses. Para o início de 1994, já havia suficiente experiência acumulada para maior segurança quanto à implantação dos novos GPs.

De acordo com as diretrizes estabelecidas, cada GP promovia debates e reflexões coletivas constantes. Assim, antes mesmo da implantação efetiva, as equipes de gestão designadas entravam em contato com as comunidades de seu entorno para divulgar a proposta, chamar à matrícula e colher dados sobre a realidade na qual iriam desenvolver seu trabalho. Um verdadeiro projeto político-pedagógico da escola estabelecia-se a partir da reflexão sobre seus objetivos e metas, do planejamento das atividades curriculares e de formas de interação com a comunidade.

## PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS PARA A AVALIAÇÃO DOS ALUNOS

O objetivo maior da proposta metodológica dos GPs é manter o foco central na autonomia do aluno, no aprender a aprender.

A curiosidade pelo saber, tão espontânea nas crianças, é muitas vezes atenuada ou até mesmo extinta pela repetição de exercícios enfadonhos. Aqui, o papel do professor é fundamental: cabe-lhe utilizar estratégias que permitam complementar a curiosidade natural com a diligência necessária à aquisição do conhecimento sólido, artifícios que estimulem a vontade de aprender e de ampliar os horizontes no sentido de melhor usufruir as possibilidades de uma vida plena. É importante que os adolescentes reconheçam que a aquisição do conhecimento exige uma contrapartida de esforço pessoal, sem que isso implique o aniquilamento do prazer. Nesse sentido, a atuação do professor começa por acreditar nas possibilidades dos seus próprios alunos e passa pelos subsídios que oferecem os saberes pedagógicos – noções básicas sobre as teorias interacionistas da aprendizagem, de sociolinguística, de antropologia cultural e outras ciências – e pelo domínio dos saberes de suas disciplinas.

Conduzir as atividades pedagógicas com foco nos alunos é reconhecer que a chama que se pretende neles deflagrar é a mesma que se terá de reativar continuamente em si próprio.

A metodologia empregada pelo professor remete diretamente ao tipo de avaliação a ser realizada.

Ao se estabelecerem conteúdos programáticos e objetivos educacionais tem-se que estabelecer paralelamente os parâmetros para avaliá-los. Tais parâmetros devem referir-se a aprendizagens significativas que realmente ampliem o universo simbólico dos alunos. É preciso estabelecer os critérios e as atividades concretas que estarão envolvidas nessa avaliação da aprendizagem e da construção do conhecimento, tanto no que diz respeito a conceitos, princípios, fatos e procedimentos, quanto à formação de atitudes, normas e valores. (II PEE, 1994, p. 294).

Na proposta dos GPs o foco da avaliação reside no crescimento e na realimentação constante da aprendizagem dos alunos e não no dilema da avaliação classificatória da aprovação/reprovação. A coerência com os fundamentos da proposta exige uma avaliação passo a passo, pela qual toda e qualquer produção dos alunos pode e deve ser avaliada em um processo de retomada imediata para preencher o mais rápido possível as lacunas detectadas.

## A PROPOSTA CURRICULAR PARA AS ATIVIDADES OBRIGATÓRIAS

Em coerência com os princípios do II PEE, em continuidade ao que se propunha nos CIEPs dos primeiros anos de escolaridade, o currículo dos GPs também apresenta como fio condutor propiciar requisitos favoráveis à concretização de uma educação integrada. Esclarece Lúcia Velloso Maurício, responsável pela formação de todos os docentes do primeiro ciclo no II PEE:

Diversos fatores concorrem para que a integração curricular se efetive. São fatores que se entrelaçam e dependem do desenho da educação integral proposta – que, no meu entender, se desenvolve em tempo integral –, seus objetivos, a quem visa atender, quem desenvolve as atividades. É bom esclarecer um de seus pressupostos: a integração curricular não é espontânea, ela é construída, depende de intenção e planejamento, de trabalho coletivo e organização para que possa ser alcançada. (MAURÍCIO, 2013, p 58).

Nessa direção, as disciplinas do currículo dos GPs são articuladas em quatro grandes áreas do conhecimento que, remetendo ao cotidiano dos alunos, serão entrelaçadas entre si e com os demais componentes curriculares, a fim de compor uma rede de significações apoiada na “dinâmica do pensar, analisar, investigar e criar soluções” (BARBOSA, 1995, p.124).

As disciplinas são originadas num processo de transposição didática que transforma um conhecimento científico, uma manifestação artística, em um conteúdo a ser transmitido na escola. A organização das disciplinas por áreas não pretende diluir as especificidades de cada uma delas, mas sim propiciar uma visão orgânica e significativa a partir da qual se estabeleça o diálogo entre saberes diversos.

A proposta curricular dos GPs, ao incorporar os princípios de uma educação integrada, preocupa-se em promover as condições de acesso à cultura, na maioria das vezes pouco favorecida pelo ambiente sociocultural em que vivem seus alunos. Tem por princípio estabelecer um equilíbrio entre as áreas, entre as disciplinas a serem estudadas. Procura fugir do privilégio e maior peso que os currículos usualmente creditam às ciências físicas e da natureza, em detrimento das ciências sociais e das artes. Essa foi a forma escolhida para que os estudantes pudessem melhor abrir seu leque de opções em relação à continuidade de estudos<sup>2</sup>.

### *Áreas de estudos e disciplinas*

As disciplinas estão distribuídas por quatro grandes áreas:

1. *Letras e Artes*. Compreende as disciplinas de Língua Portuguesa e Literatura, Inglês, Educação Física, Artes Plásticas, Música e Artes Cênicas. Privilegia as habilidades de produzir textos e

expressar-se em diferentes linguagens, de atribuir significados à literatura e outras manifestações artísticas e expressar-se por meio delas. Incentiva a formação de jovens aptos a usufruir dos bens culturais. A aprendizagem de pelo menos uma língua estrangeira constitui instrumento básico de comunicação no mundo globalizado atual. A Educação Física constitui momento privilegiado para trabalhar valores como respeito ao outro e cooperação e propicia o controle e domínio do próprio corpo. Para as práticas de Educação Física os GPs eram equipados com salões polivalentes, quadras poliesportivas dotadas de vestiários e arquibancadas que também eram usadas para eventos de outras naturezas que exigissem espaço para abrigar um público maior do que comportava o auditório.

2. *Ciências Sociais e Filosofia*. Norteada pelos conceitos de cultura, tempo e espaço, privilegiando a reflexão sobre a problemática homem- mundo-sociedade, a área introduz os conhecimentos indispensáveis para a abordagem crítica dos fatos e da realidade social em que estamos inseridos. Inclui as disciplinas de História, Geografia, Sociologia e Filosofia.

3. *Matemática*. Coloca a linguagem matemática tanto como instrumento para a expressão dos fenômenos físicos e da criação de tecnologias avançadas quanto para a análise da conjuntura econômica, e como ferramenta para organização de fatos do cotidiano. Inclui as disciplinas de Matemática e Desenho Geométrico, introduzido como instrumento de expressão gráfica e comunicação visual.

4. *Ciências da Natureza*. Introduz os fatos básicos da construção do conhecimento científico como forma de compreensão do universo e do meio ambiente como realidade imediata que nos cerca. Inclui as disciplinas Ciências, Física, Química e Biologia. Nessa área, a existência de uma sala ambiente que se constitua como laboratório para experimentos referentes às disciplinas estudadas favorece a vivência da experimentação e da observação.

Além das disciplinas congregadas nas áreas de estudos citadas, também fazem parte da grade curricular de atividades obrigatórias a Informática e a Videoeducação. O Estudo Dirigido foi mais utilizado como parte das Atividades Complementares para os alunos de horário integral.

#### *Informática educativa*

Instrumento poderoso e inovador para a época, a informática foi a única proposição do programa que nunca chegou a existir. Por mais esforços que tenha empenhado a Secretaria Extraordinária e o próprio Darcy Ribeiro, mesmo com os recursos que pode mobilizar como senador à época, nunca foi obtida, junto às instâncias do Governo Federal, a licença para

importação dos equipamentos. A ideia era realizar a informática educativa primeiro nos GPs e depois estendê-la aos CIEPs do primeiro ciclo.

Já se observava então que a informática permeava todas as atividades, tanto no mundo das ciências e artes quanto no dia a dia, e seria um instrumento indispensável para os cidadãos do próximo milênio que se aproximava.

O objetivo da informática nos GPs era primordialmente fomentar sua utilização como ferramenta pedagógica para expandir o alcance da prática dos professores, ao mesmo tempo em que os alunos, familiarizados com esse instrumento, fossem capazes de utilizá-lo para ampliar suas possibilidades de trocas no mundo contemporâneo. Não se pretendia habilitar os alunos como informatas, mas se tinha consciência de que o domínio dessa ferramenta tornaria os jovens mais competitivos no mercado de trabalho.

Os professores designados como responsáveis pelas salas de informática participaram de formação inicial para sua função nos laboratórios instalados na sede da SEEPE, uma vez que não lhes era exigida formação específica para a função, porém não chegaram a exercê-la por falta dos equipamentos nas escolas.<sup>3</sup>

#### *Videoeducação*

A videoeducação tinha dois objetivos precípuos: contribuir para a formação de um telespectador consciente e crítico, que soubesse colocar a programação da TV comercial a seu serviço, realizando escolhas com autonomia sem se submeter ao ataque ideológico da mídia, e constituir-se como instrumento pedagógico auxiliar no desenvolvimento do currículo. Os professores responsáveis pelas salas de vídeo trabalhavam em parceria com os professores das diferentes disciplinas, em atividades planejadas em conjunto.

A produção já existente e em processo de desenvolvimento pelo PEE foi absorvida pelos GPs. Os programas transmitidos pela TV, os vídeos da Rede Geral – programas destinados à formação pedagógica dos professores – e os Cursos Livres de Atualização de Conhecimentos (CLACs) eram disponibilizados em cada GP para uso dos professores. Os CLACs veiculam videoaulas relacionadas às áreas do conhecimento. Produzidos com o objetivo de preencher lacunas da formação geral dos professores das séries iniciais, com temáticas referentes aos conteúdos curriculares do Ensino Médio, foram amplamente utilizados pelos professores dos GPs em suas aulas.

#### *Biblioteca*

Integradas à rede formada pela Biblioteca Central e todas as demais bibliotecas dos CIEPs, as bibliotecas dos Ginásios Públicos apresentaram, como especificidade em relação aos outros CIEPs, o fato de serem mais utilizadas pelos alunos. Optou-se por não equipar nos GPs uma “sala de leitura”, uma vez que a faixa etária e o nível de escolaridade dos estudantes melhor se adequavam ao uso da própria biblioteca, no que concerne ao acesso aos livros e ao incentivo aos hábitos de leitura. Os professores podiam conduzir os alunos a atividades na biblioteca, mas cabia-lhes principalmente incentivá-los a procurar por conta própria os recursos de pesquisa e demais serviços oferecidos pela biblioteca não somente em relação às disciplinas escolares, mas ampliando suas áreas de interesse.

Além de constituir-se dessa forma como uma biblioteca escolar, o espaço continuava sendo, como nos demais CIEPs, referência para os professores e aberto de domingo a domingo para atendimento a toda a comunidade do entorno.

#### HORÁRIO INTEGRAL – ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Como já foi dito, a permanência dos alunos em horário integral não era obrigatória, mas uma vez feita esta opção pelos responsáveis, a presença dos alunos em pleno horário era compulsória. A adesão ao horário integral em todos os GPs<sup>4</sup> foi superior a 90% dos alunos e pode ser considerada um sucesso. Sem dúvida, para isso contribuiu a proposta de gestão do tempo.

As *atividades complementares* que, como diz o nome, preenchiam os horários dos alunos além do núcleo obrigatório do currículo, eram de livre opção dos alunos, escolhidas dentre um leque de propostas oferecidas pelos professores. Essas atividades foram nomeadas genericamente de “oficinas”, embora de diferentes naturezas, e se apresentaram em várias modalidades. Com exceção dos cursos de línguas estrangeiras, oferecidos em módulos com a duração de um semestre, eram planejadas para uma duração de dois meses e poderiam apresentar carga horária diversificada, com atividades uma ou duas vezes por semana.

A possibilidade da frequência em horário parcial e o sentimento de que a permanência durante o dia todo era uma escolha voluntária e não compulsória trouxeram um efeito positivo. No entanto, a grande inovação trazida pelos Ginásios Públicos estava na forma pela qual se organizava o tempo dessa escola, no modo pouco convencional de ocupação desse tempo, na liberdade plena e autonomia nas proposições elaboradas e realizadas pelos professores e equipe escolar para o horário integral, que tomaram feições diversas e percorreram diferentes caminhos em cada GP. Ao emergirem no contexto do projeto global da escola, por um lado, permaneciam vinculadas ao

Revista Interinstitucional Artes de Educar. Rio de Janeiro, V. 3 N.2 – pag 166-190 (jul/out2017): “Número Especial Darcy Ribeiro”  
DOI: 10.12957/riae.2017.31719

currículo formal e a outras atividades da comunidade escolar; por outro lado, a discussão coletiva no interior de cada GP carregava necessariamente o viés das peculiaridades de cada unidade escolar, resultando por serem essas atividades o cerne do verdadeiro significado do GP.

Darcy Ribeiro, desde a primeira reunião realizada com a diretoria dos Ginásios Públicos, deixou bem claro o caráter dessas atividades, na imprescindibilidade de irem além do já posto. O tempo complementar não poderia ser ocupado por mera reduplicação das aulas ordinárias, muito menos constituir-se apenas de aulas de “reforço” para alunos com dificuldades. Emerge como o momento de revelar aptidões. Sua intenção volta-se muito mais para a excelência, para as oportunidades de extrapolar o já estabelecido – os alunos bem-dotados também precisam da atenção adequada para ir além da mediocridade que nivela por baixo os alunos da escola pública. A composição dos grupos de alunos para as atividades complementares misturava alunos de diferentes turmas, podendo até constituir-se de alunos de diferentes anos de escolaridade. Dessa forma, contribuíram grandemente para expandir e consolidar as relações interpessoais na comunidade escolar por oferecer oportunidade de interações ampliadas entre os diferentes atores da comunidade escolar.

### *Estudo dirigido*

O Estudo Dirigido (ED), oferecido no horário integral duas vezes por semana, era realizado em sala equipada para esse fim. Além de outros materiais didáticos e paradidáticos, foram comprados diversos livros para as disciplinas de acordo com os níveis de escolaridade dos alunos, disponibilizados nessa sala. Em uma época em que não havia programas de distribuição de livros didáticos aos alunos de escolas públicas, os estudantes tinham acesso aos melhores livros disponíveis de cada disciplina, utilizados tanto nas aulas básicas quanto nos horários de ED.

Qualquer professor poderia ser responsável por orientar os alunos no ED e as atividades poderiam ser muito diversificadas: desde a realização de estudos e exercícios propostos pelos professores nas aulas de suas disciplinas – o assim chamado “dever de casa” ou a realização de pesquisas escolares – às orientações específicas sobre como estudar (como realizar um fichamento sobre as leituras realizadas, por exemplo, ou como analisar o enunciado de um problema de Matemática ou Física para melhor resolvê-lo etc.). Ou poderia simplesmente ser um tempo liberado para estudo, individual ou em grupos, de determinada disciplina.

Embora também fosse um momento adequado para esclarecer possíveis dúvidas sobre os conteúdos das disciplinas, não se destinava especificamente a “aulas de reforço”. Devia ser encarado na perspectiva bem mais ampla de ajudar os alunos a se organizarem em prol de maior

proficiência nas habilidades de estudar. Oriundos, em geral, de famílias em que não há livros nem hábitos de estudo, muitas vezes convivendo com familiares que nem sequer eram alfabetizados, a vivência do Estudo Dirigido com a orientação de uma pessoa com bom nível de letramento, mesmo que não especialista nos assuntos que cada aluno estivesse realizando no momento, o ED assumia um papel fundamental para assimilar essas práticas.

### *Clubes pedagógicos*

Os clubes reuniam grupos de alunos com interesses comuns em encontros semanais. Nos clubes de leitura eram realizadas atividades associadas à literatura de modo geral, como rodas de leitura, discussões e comentários sobre a leitura de livros escolhidos pelos participantes, leitura em voz alta de trechos selecionados pelos leitores.

Os videoclubes reuniam os interessados em cinema, com atividades semelhantes às dos clubes de leitura.

Nos clubes de línguas estrangeiras as atividades foram variadas. A parte obrigatória do currículo inclui o estudo de Inglês como língua estrangeira. Já enquanto estudos complementares poderiam ser oferecidos cursos de iniciação a outras línguas, como espanhol e francês; os clubes promoviam encontros para conversação em línguas em que os alunos já tivessem alguma iniciação, a partir de temas variados. Atividades com músicas em língua estrangeira eram muito solicitadas.

Os clubes desportivos eram dedicados a diversas modalidades esportivas, com a realização de torneios e competições.

### *Oficinas*

Desenvolviam projetos didáticos no âmbito das disciplinas curriculares. Executados na maioria das vezes de forma interdisciplinar, eram conduzidas por um ou mais professores e, excepcionalmente, poderiam ter carga horária superior a um tempo semanal, de acordo com as necessidades. Algumas exigiam atividades a serem realizadas fora da escola. Seguem-se alguns destaques sobre o que foi realizado.

Oficinas de Artes: foram muito numerosas e apreciadas pelos alunos, em suas diversas modalidades: teatro, música, dança etc. Os professores de Artes eram muito requisitados para parcerias em oficinas interdisciplinares em todas as áreas.

Oficinas de produção de textos: houve várias. Ressaltamos aqui a produção de um grupo que elaborou uma coletânea de textos sobre a história das famílias dos participantes, quase todas de imigrantes de outras regiões do país, especialmente do Nordeste. Os textos destacavam as características culturais que as famílias mantinham trazidas do lugar de origem, as dificuldades

encontradas para se adaptarem na comunidade onde se estabeleceram e como se sentiam no momento.

Oficina de confecção de pipas: idealizada pelo professor de Física, em parceria com o professor de Matemática e o de Artes Plásticas. Para construir as pipas foram estudados todos os princípios físicos que permitiam que voassem no céu e as equações matemáticas que os expressavam. A partir desses princípios, os alunos procuravam as formas de aperfeiçoar suas técnicas, sem deixar de lado o propósito de torná-las cada vez mais bonitas.

Oficina sobre o conhecimento da comunidade: conduzida pelos professores de Sociologia, Geografia e Matemática, desenvolveu uma pesquisa de campo sobre as características da população da comunidade. Foram elaborados instrumentos para a coleta de dados tabulados e interpretados levando a constatações inesperadas (Sociologia). O professor de Matemática orientou a preparação de gráficos e tabelas. Elaboraram também uma planta da comunidade, representando suas vielas e principais marcos (Geografia). Esta pesquisa foi apresentada à comunidade num evento promovido pela escola e mostrou-se muito útil para os planejamentos escolares.

#### OS ATORES ENVOLVIDOS NA PROPOSTA

“O sucesso da proposta pedagógica dos Ginásios Públicos reside na força das inter-relações que se efetivam no interior da instituição escolar – entre os setores e segmentos envolvidos e entre todas as pessoas que lá convivem” (II PEE 1994, p.303).

#### *Os alunos*

Razão de ser e centro irradiador de todas as considerações e estratégias abarcadas pela proposta dos GPs, os alunos, pré-adolescentes e adolescentes, concentravam-se na faixa etária dos 11 aos 18 anos.

Para o sucesso da proposta, o primeiro pressuposto seria o de conhecer esses alunos: como viviam e conviviam numa sociedade tão desigual quanto à equidade, muitas vezes sem ver atendidas as necessidades básicas de suas famílias e convivendo em condições de vulnerabilidade severa. Diante de tudo que lhes era negado, tornava-se necessário explorar sua competência cognitiva e criativa e estimulá-los à expansão de todo o seu potencial.

Estar atento às atitudes que revelavam frente a oportunidades diversificadas de aprendizagem constituía o ponto de partida primordial para apontar-lhes caminhos a trilhar na busca de descobertas sucessivas. Deixar claro que se acredita em sua importância como pessoas e na sua aptidão para aprender, investigar como raciocinam, o que sentem e como convivem nos

*Revista Interinstitucional Artes de Educar*. Rio de Janeiro, V. 3 N.2 – pag 166-190 (jul/out2017): “Número Especial Darcy Ribeiro”  
DOI: 10.12957/riae.2017.31719

grupos da instituição é sempre, ao mesmo tempo, uma forma de conhecer e prestigiar os alunos. Desenvolver um processo de avaliação positiva, na qual se observe muito mais a predisposição para aprender do que o que ainda não foi alcançado constitui um meio de cumprir o objetivo primordial da proposta – que é formar alunos capazes de aprender a aprender.

A apropriação do instrumental necessário a esse fim, construído no bojo de relações interpessoais nas quais se exercitam as regras de convivência em grupos, na reflexão crítica constante sobre a realidade imediata e questões mais amplas apresentadas nas diferentes disciplinas, é, ao mesmo tempo, condição de possibilidade para a formação de pessoas capazes de lutar pela conquista de seu lugar na sociedade. De cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, que atuem “criticamente pela construção e manutenção da democracia como valor maior” (II PEE, 1994, p.19).

Nessa direção, era indispensável que o GP se mostrasse atrativo aos estudantes, no confronto entre o que lhes oferecia a escola e o que lhes oferecia o espaço exterior. A tarefa não é fácil e só é atingida se, no processo do desenvolvimento de cada adolescente, eles sejam incentivados a realizar escolhas conscientes e a estabelecer uma complementariedade positiva e enriquecedora entre os espaços escolares e extramuros das escolas. Ninguém é educado para permanecer num gueto, mas sim para criar asas e saber voar por si próprio, equilibrando-se entre a segurança deste e as ousadias imprescindíveis ao crescimento e ao usufruto de uma vida plena.

#### *A equipe de gestão*

A equipe de gestão dos GPs era constituída por um Diretor Geral, um Diretor Adjunto Pedagógico, um Diretor Adjunto Administrativo e dois Diretores Adjuntos Comunitários (um deles para os cursos noturnos de Madureza que não são objeto deste artigo). O Diretor Adjunto Pedagógico era assessorado pelos Professores Orientadores – um para cada área de conhecimento – profissionais com experiência e competência comprovada, indicados pela equipe de direção. Estes, além de realizar a coordenação das diversas áreas, exerciam também a regência de classe de pelo menos uma das turmas. Cumpriam também papel relevante na formação continuada dos professores.

A gestão se exercia de forma colegiada, por meio de três Conselhos que, além dos diretores geral e adjuntos, agregavam outros componentes: o Conselho Diretor envolvia os professores orientadores, um representante dos pais ou responsáveis e um representante dos alunos; O Conselho Técnico-Pedagógico incluía os professores orientadores, representante dos professores

regentes, representante da equipe de saúde<sup>5</sup> e da biblioteca; O Conselho Técnico-administrativo compreendia representantes de cada categoria funcional do quadro de pessoal de apoio.

### *Pessoal de apoio*

A equipe que fornece suporte às atividades de uma escola, na maioria das vezes permanece à parte dos outros profissionais, no âmbito de relações assimétricas que caracterizam a diferença de importância atribuída a quem cumpre atividades meio e atividades fim. Frequentemente permanecem quase invisíveis, sem sequer serem conhecidos pelos seus nomes próprios ou que sejam simplesmente cumprimentados com a mínima civilidade.

A fim de cumprir os objetivos dos Ginásios Públicos, fez-se necessário incorporar esses profissionais positivamente no quadro das relações interpessoais estabelecidas entre os componentes da comunidade escolar. Para isso, foi fundamental o clima que se criava em cada instituição, altamente influenciado pela atitude da equipe de gestão. O sucesso da proposta também dependia da contribuição desses profissionais, que deviam estar conscientes dos objetivos dos GPs para cumprir seu papel e oferecer o suporte que deles se esperava. A valorização desses profissionais pelos alunos não foi tão difícil, até porque, muitas vezes já se conheciam, por habitarem a mesma comunidade. A aproximação com os alunos pode dar mais peso à ajuda que poderiam propiciar.

Cabia à equipe de gestão oferecer capacitação em serviço quanto à proposta dos GPs, ou indicar outros profissionais da escola para participar dessas formações. Numa escola em que o corpo docente é alvo de constantes encontros para discussão, formação e planejamento de suas atividades, o simples fato de haver também encontros sistemáticos com as equipes de apoio já constitui fator de valorização.

O quadro de pessoal dos GPs contava com as seguintes categorias funcionais:

1. *Quanto à manutenção e serviços*: serventes, nome *politicamente incorreto* que se dava então aos auxiliares de serviços gerais, responsáveis pela limpeza e manutenção do prédio, de todas as suas áreas e equipamentos – um espaço limpo e arrumado é fundamental para que a permanência em suas dependências seja confortável; jardineiros, muito importantes para a manutenção e o embelezamento dos prédios construídos em terrenos amplos; vigias, responsáveis pela segurança do prédio durante a noite; merendeiros - muito valorizados pelos alunos – que precisam trabalhar com prazer, criar artifícios para tornar as refeições mais saborosas e apreciar a contrapartida da satisfação dos usuários. Aqui se abre um parêntese para assinalar que nos Ginásios Públicos, assim

como em todos os CIEPs, os alunos tinham à sua disposição talheres adequados, incluindo garfos e facas, para realizarem suas refeições com dignidade.

2. *O apoio administrativo* era realizado pelos Auxiliares de Secretaria, para organizar e manter os dados sobre os alunos e sobre a escola, e pelos datilógrafos. Os auxiliares de coordenação de turno ajudavam na organização da distribuição das turmas pelos ambientes das atividades e eram responsáveis pelo movimento dos alunos no espaço escolar. Havia ainda os auxiliares de biblioteca e os funcionários do Centro de Saúde.

### *Animadores culturais*

A introdução da Animação Cultural nos CIEPs resultou em um diferencial relevante quanto ao enriquecimento da qualidade da educação aí realizada ao estabelecer uma ponte entre a expressão cultural das comunidades e a cultura escolar. De preferência, deveriam ser contratados animadores oriundos de grupos de artes e de movimentos culturais da própria comunidade onde o CIEP se localizava.

Nos CIEPs, supõe-se que o trabalho do animador cultural seja integrado às demais atividades pedagógicas e que, ao participarem do planejamento coletivo, tragam para o interior da escola o cotidiano da comunidade, com suas manifestações próprias.

Segundo depoimento de professora de um dos GPs,

*“Os animadores criaram uma estrada de mão dupla, que foi favorável à erradicação de preconceitos, além de possibilitar aos alunos e moradores locais identificarem-se com os valores regionais e universais dos produtos culturais recebidos.” (SANTOS, 2008, p.59).*

A função dos animadores culturais nos GPs era a mesma que exerciam em qualquer CIEP, porém sua atuação se fez mais presente nas oficinas e nas atividades complementares para as quais traziam contribuições relevantes.

### *Os professores*

Depois dos alunos, o protagonismo dos professores foi o maior responsável pelo êxito alcançado na implantação dos GPs. Eram jovens, inicialmente contratados por um sistema de bolsas de estudo em convênio com a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) a partir de um processo seletivo promovido pela SEEPE. Pelo edital, deveriam ter concluído a licenciatura plena entre 1987 e 1992, sabiam que teriam um regime de trabalho de 40 horas semanais e foram

esclarecidos de que sua atuação seria diferente da que usualmente se desenvolvia nas escolas convencionais. Essa seleção, coordenada pela equipe da Diretoria dos Ginásios Públicos, favoreceu a captação de profissionais comprometidos com a educação e interessados na inovação.

O perfil profissional procurado nessa seleção visava

um professor inserido social e culturalmente na realidade de seu tempo, com conhecimento sólido e visão epistemológica crítica da área de conhecimento em que se especializou, consciente de que a especialização em um assunto não prescinde de outros conhecimentos nele imbricados, o que lhe permitirá uma visão de mundo mais ampla e poderá contribuir para alargar cada vez mais os horizontes de seus alunos (II PEE, 1994, p.306).

Cabia ao professor, em relação ao trabalho didático com seus alunos, não somente reger suas turmas nas disciplinas em que se especializaram, como também propor atividades e oficinas para as atividades complementares, dinamizar atividades com utilização da informática e da videoeducação, orientar o estudo dirigido e a utilização da biblioteca em colaboração com os responsáveis por essas áreas. Em relação às exigências próprias da proposta dos GPs, deveriam não só planejar as atividades pedagógicas sob sua responsabilidade como participar dos planejamentos e discussões coletivas dos GPs e frequentar as formações continuadas (Centros Tutoriais). Em relação às competências específicas para a coerência de um trabalho dentro da proposta dos GPs, deveriam gerir turmas necessariamente heterogêneas, introduzir os conhecimentos de forma dinâmica, compatível com o nível de desenvolvimento cognitivo dos alunos e com os conhecimentos já incorporados. Importante também a consciência de que o trabalho interdisciplinar embutido nos pressupostos metodológicos não se restringia a eleger temas integradores a serem abordados sob o ângulo de diversas disciplinas, mas se referia muito mais à articulação da lógica que permeia e estrutura a construção dos conhecimentos e apropriação dos saberes.

Sobretudo, um professor de GP precisaria ter sensibilidade e disponibilidade para interagir com os alunos, considerados como sujeitos do conhecimento, pessoas que compartilhavam princípios morais e sujeitos políticos de uma cidadania em construção.

## **Atualização continuada dos professores nos ginásios públicos**

### **CENTROS TUTORIAIS**

#### *Princípios*

A atualização continuada nos Ginásios Públicos foi concebida numa linha de pesquisa-ação, na perspectiva que faz da escola um laboratório onde são testados e consolidados procedimentos didáticos e estratégias de ação. Cabe aqui esclarecer que o termo pesquisa-ação foi utilizado na proposta dos GPs no sentido amplo de pesquisa qualitativa, com a participação dos próprios professores. Antônio Chizzoti, na revisão que faz sobre a evolução da pesquisa em Ciências Sociais, constata que “o termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção sensível”. (CHIZZOTI, 2003, p. 221). Assinala ainda que a pesquisa qualitativa abarca diferentes orientações filosóficas e tendências epistemológicas e utiliza variados métodos, - entre eles pesquisa-ação. Na conclusão do mesmo artigo, diz o autor que “a própria atividade pesquisadora tende a se expandir como uma forma de ensino-aprendizagem.” (CHIZZOTI, 2003, p. 231). É nesse sentido que a formação continuada realizada nos Centros Tutoriais se constitui como uma pesquisa que, confrontando os fatos do cotidiano da ação pedagógica com as teorias educacionais, se torna capaz de criar novos procedimentos didáticos e estratégias de ação educativa que atendam às intenções educacionais estabelecidas pelos pressupostos filosóficos do programa dos GPs. O que se esperava é que os professores sedimentassem sua formação profissional na prática pedagógica cotidiana.

### *Organização*

A formação continuada dos docentes podia ocorrer na sede da SEEPE, no próprio GP onde o professor atuava ou nos Centros Tutoriais. Nesses encontros estavam envolvidos, além dos docentes, os Professores Orientadores e o Diretor Adjunto Pedagógico.

O que se quer aqui destacar é a própria criação dos Centros Tutoriais, que reuniam em um mesmo espaço todos os professores de um grupo de GPs situados em área de proximidade entre eles, distribuídos por área do conhecimento. A princípio, foi pensado que os Centros teriam sedes fixas, isto é, seriam realizados sempre no mesmo GP. Na prática, os professores preferiram fazer um rodízio dos encontros entre os GPs participantes dos centros.

Para viabilizar a realização dos Centros, o horário das aulas de todos os GPs era disposto de forma que, em um mesmo dia da semana, os professores de determinada área do conhecimento não realizavam atividades de regência de classe nos GPs – por exemplo, os Centros Tutoriais da área de Ciências Sociais se realizavam todas as terças-feiras. Os professores ficavam liberados das aulas durante o dia todo, sendo o encontro do Centro Tutorial distribuído entre atividades de formação e de planejamento para suas atividades. Nas atividades que planejavam, aplicavam o que

havia sido discutido e eram criadas novas formas de ação pedagógica a serem realizadas com os alunos. Como tinham o dia inteiro liberado, poderiam também organizar outras atividades, como visitar um centro cultural ou universidade, assistir a eventos culturais que se realizassem nesse dia, procurar locais da comunidade propensos à realização de atividades com os alunos etc.

Para cada Centro seria designado um tutor, responsável por coordenar as ações. O tutor nato seria o Professor Orientador de um dos GPs, mas fazia parte de suas atribuições incentivar os demais participantes a criarem propostas de atividades para o grupo e dinamizá-las com seus pares. Pelo pouco tempo de existência dos Ginásios Públicos, na verdade, as atividades dos Centros Tutoriais raramente se realizaram sem a participação de um representante da equipe central, sendo a autonomia dos tutores conquistada passo a passo. Se no início da implantação dos Centros os professores pensaram que a duração seria longa demais para estas atividades conjuntas, logo criou-se uma dinâmica própria em que a convivência era valorizada e as trocas valiosas e constantes aproximavam os participantes. Não era raro que a equipe do GP anfitrião promovesse alguma forma de mostrar aos colegas algum aspecto em destaque do seu GP.

#### REUNIÕES COLETIVAS DAS EQUIPES DOS CIEPS

Além dos encontros por áreas nos Centros Tutoriais, todas as sextas-feiras aconteciam em cada GP reuniões gerais com todo o pessoal docente, nas quais havia um tempo reservado para incluir também os funcionários de apoio. Nesses encontros, que contribuíam para dinamizar as relações interpessoais entre diferentes membros da comunidade escolar, discutiam-se questões gerais, elaboravam-se propostas para dar continuidade e melhorar o trabalho. Eventualmente, poderiam ser chamados a participar representantes de alunos e da comunidade. Esse tempo podia ser destinado a vários fins, como, por exemplo, discutir estratégias interdisciplinar e intersetorial ou acompanhar o desempenho e o desenvolvimento dos alunos em diferentes atividades e disciplinas.

Para essas reuniões os profissionais da escola dividiam-se em dois grupos – um grupo na parte da tarde e outro pela manhã. As aulas não eram suspensas: a distribuição do horário das atividades é que garantia a possibilidade da participação de todos, pela manhã ou à tarde.

Esses encontros semanais e constantes garantiam a inter-relação mais próxima entre todos os participantes do GP. Certamente não anulavam a ocorrência de conflitos, que sempre ocorrem em qualquer grupo com maior ou menor emoção e intensidade. Porém contribuíam para torná-los mais transparentes, passíveis de mediações e, conseqüentemente, com maiores possibilidades de superação.

## Desafios e possibilidades

### CRÍTICAS

Cavaliere, em *Tempo de escola e qualidade na educação pública*, faz um levantamento das concepções recentes sobre escolas de tempo integral (CAVALIERE, 2007). Mesmo que as concepções assistencialista e autoritária, em alguns casos, se estabeleçam como defesa do horário integral, esses pontos de vista não representavam o entendimento do PEE. Muitas vezes, porém, por se tratar de uma escola para os desprivilegiados, são associados e identificados com a proposta e, desta forma, e tomados como base para críticas.

A acusação mais recorrente, à época da implantação dos Ginásios Públicos, era tratar-se de uma política assistencialista. Esse grupo de críticos, com certeza, não se aprofundou no conhecimento do programa. Jamais Darcy Ribeiro e as equipes que participaram das propostas do PEE se preocuparam exclusivamente com a socialização primária dos alunos ou se limitaram a propor táticas para suprir possíveis deficiências de formação. Se observarmos a proposta curricular dos GPs, veremos que sua metodologia e objetivos vão muito além. Os estudantes dos GPs não vão para a escola para tomar banho e almoçar. A alimentação sadia e uma estrutura que permite cuidar da sua higiene pessoal constituem *um direito*, são cuidados a serem observados como condição de possibilidade da permanência na escola e sucesso na aprendizagem. Por outro lado, embora conscientes de que a permanência na escola contribui para “tirar crianças e adolescentes das ruas” e isto fosse encarado como ponto positivo, houve todo um esforço para que a escola de forma alguma se assemelhasse a uma instituição correcional ou prisional. Nunca se postularam atividades rígidas e repetitivas, nem se incentivou a inserção precoce no mercado de trabalho. Isto também fica claro na proposta curricular dos GPs e é principalmente corroborado pela estrutura das atividades complementares.

O entendimento que norteia o programa se insere na concepção democrática de conferir à escola de tempo integral um papel emancipatório. É o que se observa no caráter interativo de seus pressupostos metodológicos que priorizam a apropriação de instrumental capaz de suscitar o entendimento crítico da realidade nas trocas contínuas que promovem os diversos grupos sociais.

Quanto a concepções mais recentes de que para o mundo contemporâneo somente “a ação diversificada, de preferência de setores não-governamentais, é que poderia dar conta de uma educação de qualidade”, mencionada pela autora, (CAVALIERE, 2007, p. 1029), embora

acreditemos que as atividades educacionais devam estender-se cada vez mais para além dos muros  
*Revista Interinstitucional Artes de Educar*. Rio de Janeiro, V. 3 N.2 – pag 166-190 (jul/out2017): “Número Especial Darcy Ribeiro”  
DOI: 10.12957/riae.2017.31719

da escola – e isto já é apontado na proposta, principalmente no que se refere às atividades complementares –, discordamos de que uma proposta de educação integral em tempo integral prescindia de ser nucleada pela instituição escolar. Acreditamos que o horário integral só se torna pedagógica e socioculturalmente eficaz se for capaz de proporcionar uma educação integral e integrada e que isto só é possível se vinculado a um projeto de escola desenvolvido coletivamente.

#### PARA UMA AVALIAÇÃO POSITIVA

Para uma apreciação sobre o que foi apresentado, retornamos ao estudo citado no início de nossa exposição (p.5). De acordo com Nóvoa, desde o final do século passado, os modelos políticos e simbólicos utilizados pela sociologia das organizações escolares têm extrapolado a mera descrição e enumeração dos aspectos de um determinado tipo de escola, e centrando as análises no protagonismo dos atores das práticas educacionais. Com base em diversos estudos e buscando o que há de consensual nessa linha de análise organizacional da instituição escolar, Nóvoa sugere nove itens a serem observados na construção de uma escola eficaz (NOVOA, 1999, pp. 26-28). Passamos a considerar como se manifestaram cada um deles na implantação da proposta dos GPs:

1. *autonomia da escola*: o programa constituía uma proposta orgânica a ser observada por todos os GPs. No entanto, essa proposta embutia abertura para ajustes a serem efetuados por cada unidade escolar quanto ao modo de executá-la, decorrentes das discussões coletivas consideradas necessárias para que fosse efetivada sua implementação. A autonomia se evidenciava mais ainda nas atividades complementares, com liberdade plena de cada GP para planejá-las e conduzi-las.

2. *liderança e organização*: os conselhos gestores apontam para o compartilhamento das decisões. Essa estrutura por si só não seria suficiente se não existissem as reuniões sistemáticas e conjuntas das equipes. Os professores tinham 40% de sua carga horária liberada da regência de classe, em sua maior parte ocupada em reuniões coletivas. Nesse exercício, emergiam alianças e conflitos, fortaleciam-se as relações interpessoais e despontavam lideranças espontâneas. As lideranças institucionalmente constituídas, os gestores, tinham que buscar sua legitimação ao compor com essas lideranças e aproveitá-las para a melhor efetivação dos objetivos da escola.

3. *articulação curricular*: o currículo a ser desenvolvido de forma interdisciplinar – e a avaliação continuada implicada em seus pressupostos metodológicos – encontravam nas discussões frequentes entre os docentes preciosas ocasiões para discutir a lógica própria de estruturação de cada componente curricular, com os subsídios oferecidos pelas observações dos professores sobre como seus alunos realizavam a aprendizagem em cada disciplina.

*Revista Interinstitucional Artes de Educar*. Rio de Janeiro, V. 3 N.2 – pag 166-190 (jul/out2017): “Número Especial Darcy Ribeiro”  
DOI: 10.12957/riae.2017.31719

4. *organização do tempo*: uma escola de tempo integral exige mais ainda de quem é o responsável pela organização dos horários das atividades escolares. Ao mesmo tempo que é preciso preservar a visão global e orgânica do que a escola de horário pleno representa, buscava-se também nos GPs a necessária flexibilidade para equilibrar e diversificar a distribuição das atividades.

5. *estabilidade profissional*: o caráter emergencial da implantação dos Ginásios Públicos não permitiu que todos os seus componentes fossem funcionários efetivos da Secretaria de Educação, o que só foi exigido em relação às equipes de gestão. Havia funcionários contratados e selecionados de formas variadas. Os professores, que atuaram inicialmente como bolsistas, tinham conhecimento, porém, do concurso público para professores de 40 horas a ser realizado para alocação nos GPs, efetivado no final de 1993.

6. *formação do pessoal*: a formação continuada em serviço era pressuposto básico para o sucesso da implantação de uma proposta inovadora e ousada. Os Centros Tutoriais, embora não totalmente concretizados em suas intenções (a tutela dos componentes da equipe central sempre esteve muito presente), foi uma ideia básica, ainda válida pelo potencial que apresenta de render muitos frutos positivos.

7. *participação dos pais*: os GPs foram escolas permanentemente abertas aos pais, à sua colaboração muito além de das reuniões convencionais e costumeiras que, na maioria das vezes, centram-se em pedidos e informes da direção e queixas dos professores em relação aos alunos. A garantia de representação dos pais nos conselhos gestores e a atuação dos animadores culturais muito contribuiu para esse intercâmbio e o clima que se estabeleceu nas escolas.

8. *reconhecimento público*: o breve período de implantação dos GPs - menos de dois anos de funcionamento - foi um fator contrário à construção do reconhecimento público dessas escolas. No entanto, a proximidade que se estabeleceu entre as comunidades e as equipes escolares, permitiu, em alguns casos, que se manifestasse uma resistência, por parte dos pais e alunos, à extinção do programa dos GPs nessas unidades de ensino.

9. *apoio das autoridades*: enquanto vigorou o Programa Especial de Educação, o apoio à proposta foi total e o acompanhamento pela equipe da Diretoria dos GPs muito próximo e constante. Infelizmente, assim que se extingue o II PEE com a instalação do novo Governo no Estado, o que se viu foram ações no sentido contrário. O Parecer 494/93 estabelecia um prazo mínimo de 5 anos para a existência dos Ginásios Públicos como proposta experimental. Se isso impediu, de alguma forma, sua imediata extinção oficial, não impediu a dissolução da proposta. Restringir o quadro docente, remover funcionários necessários à execução do projeto, não dar continuidade à

compra e manutenção de equipamentos levou, de forma progressiva e muito rápida, a direcionar o funcionamento dos GPs ao de qualquer escola convencional. Com o tempo, nem mesmo o horário integral foi mantido.

### **Conclusões e observações pessoais**

A proposta dos Ginásios Públicos foi um dos *fazimentos* de Darcy Ribeiro nos quais deixou impressa sua marca, como em tantos outros. Desde o começo da implantação do II PEE ele já incluía em seu ideário a criação dessas escolas, falava frequentemente sobre o assunto no bojo de uma nova divisão das etapas do ensino básico que pretendia integrar à nova LDB, mas sua incorporação ao programa não foi imediata. A proposta traz, como de costume, contribuições arrojadas. Muitas delas – a maioria – ainda seriam válidas, inovadoras e ousadas se adotadas agora, feitas as devidas adequações a esta segunda década do século XXI. É de se lamentar que não se tenha dado continuidade e que tudo se tenha perdido, havendo poucos vestígios do que foi implementado nos GPs.

Aceitei o desafio de escrever sobre os Ginásios Públicos por constatar que muito pouco existe publicado sobre eles. Escrevo como participante da equipe que implementou os GPs, como assessora pedagógica da diretora e como coordenadora da proposta curricular. Não é fácil, então, fazer uma análise objetiva da proposta, embora tenha me proposto a isso e creia ter conseguido fazê-lo com certo sucesso. Mas a emoção sempre ascende. Toda a equipe da Diretoria dos Ginásios Públicos acompanhou de muito perto o trabalho realizado – a participação não foi só intelectual, mas em carne, osso e sangue. Nos meandros da burocracia, da oposição política e nos ataques da mídia, encontravam-se muitos entraves, acompanhados, porém de vontade política e garra para superá-los. Mesmo no interior dos Ginásios surgiam frequentes conflitos e impasses que precisavam ser resolvidos um a um.

Só tenho a declarar que a experiência foi fascinante e valeu a pena. Merece maior divulgação para que possa ser multiplicada.

### **Referências bibliográficas**

II PROGRAMA ESPECIAL DE EDUCAÇÃO. *Ginásios Públicos, diretrizes gerais*. Rio de Janeiro, 1994.

BARBOSA, Laurinda. Falas e escrituras: os Ginásios Públicos. *Carta': falas, reflexões, memórias*. Brasília, vol. 1, n. 12, p. 33-45, 1994.

*Revista Interinstitucional Artes de Educar*. Rio de Janeiro, V. 3 N.2 – pag 166-190 (jul/out2017): “Número Especial Darcy Ribeiro”  
DOI: 10.12957/riae.2017.31719

BARBOSA, Laurinda e equipe. Os Ginásios Públicos. *Carta': falas, reflexões, memórias*. Brasília, vol. 2, n. 15, p. 121-132, 1995.

CAVALIERE, Ana Maria. Tempo de escola e qualidade na educação pública. *Educação e sociedade*, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1015-1035, out. 2007.

CHIZZOTTI, Antonio. A pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais: evolução e desafios. *Revista Portuguesa de Educação*, Braga, vol. 16, n.2, p. 221-236, 2003.

ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Parecer 494/93 de 21 de dezembro de 1993 do Conselho Estadual de Educação. Aprova proposta pedagógica dos Ginásios Públicos, para implantação experimental em Centros Integrados de Educação Pública – CIEPs – da SEEP/RJ, e dá outras providências. Diário Oficial [do] Estado do Rio de Janeiro, 12 de janeiro de 1994. p. 24-27.

MAURÍCIO, Lúcia Velloso. Opinião de especialista: integração curricular. In: *Percursos da educação integra: em busca da qualidade e da equidade*. São Paulo: CENPEC/ Fundação Itaú Cultural/ UNICEF, p. 58-60, 2013.

NÓVOA, António. Para uma análise das instituições escolares. In: NÓVOA, A. (coord.). *As organizações escolares em análise*. Lisboa: D. Quixote, 1999, p. 13-43.

SANTOS, Tatiane Rosa. *Educação nos CIEPs: o caso do Ginásio Público 241 – Nação Musgueirense*. 2008. 88f. Dissertação (mestrado em Educação) - Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO.

---

<sup>1</sup> O parecer 494 do CEE/RJ data do dia 21 de dezembro de 1993, porém só foi publicado no Diário Oficial no dia 12 de janeiro de 1994. Daí o equívoco em várias publicações anteriores, inclusive na Revista Carta 15, de citar o referido parecer como *Parecer 494/94*.

<sup>2</sup> Observa-se aqui que a proposta do “Novo Ensino Médio” recém aprovada no Brasil e em processo de implantação no momento, vem na contramão específica do que se propunha nos Ginásios Públicos. Em vez de oferecer o referencial básico e sólido das disciplinas curriculares articuladas em áreas, o que se propõe agora é priorizar os conteúdos das disciplinas de algumas áreas em uma escolha precoce uma vez que não se oferece oportunidade de uma visão orgânica e equilibrada de todo o campo do saber. Isto se evidencia pela atribuição de importância a certas disciplinas e esvaziamento de outras, principalmente nas áreas de Ciências Sociais, com a não obrigatoriedade de Filosofia e Sociologia, o que faz o Ensino Médio regredir aos tempos da ditadura militar. O retrocesso vai além, ao tornar também opcionais a Educação Física e Artística. O argumento de que essas práticas e estudos permanecem como opcionais não convence, diante da inexequibilidade das escolas públicas (e até particulares) de oferecerem na prática essas opções que, na verdade, serão opções para os estabelecimentos de ensino e não para os alunos.

---

<sup>3</sup> No final de 1994, sem garantias de que fosse dada continuidade ao Programa dos GPs, a Diretoria decidiu transferir os laboratórios instalados na SEEPE para cinco dos Ginásios Públicos que já possuíam as instalações elétricas necessárias e os professores capacitados. Esses GPs poderiam funcionar como polos de disseminação desse projeto, caso fosse decidido expandi-lo. Embora isso não tenha acontecido, houve pelo menos 5 (cinco) escolas que passaram a utilizar um laboratório de informática em suas atividades pedagógicas.

<sup>4</sup> Apenas em um dos GPs esse percentual de adesão não foi atingido. Circunstâncias específicas determinaram esse fato. A maioria dos GPs foi instalada em prédios novos e foi realizado um trabalho de esclarecimento com a comunidade antes do início das aulas. No caso em pauta, tratava-se da retomada de um CIEP que funcionara no I PEE em horário integral com 5<sup>a</sup> a 8<sup>a</sup> séries e que posteriormente passou a funcionar majoritariamente em horário parcial.

<sup>5</sup> Como a maioria dos CIEPs, os GPs contavam com núcleos de saúde assistidos por uma equipe multidisciplinar que, além de realizar o acompanhamento do desenvolvimento físico dos estudantes, atendia a comunidade do entorno.